

Uma Cultura para a Sociedade do Conhecimento: contributos da cultura para a promoção das cidades como *habitats* de inovação

Maria Adelaide CARRANCA

e-GEO Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa
Avenida de Berna, 26-C, 1069-061 LISBOA (PORTUGAL)
Tel.: +351.217933519 Fax: +351.217977759 e-mail: Adelaide.carranca @fcs.h.unl.pt

Resumo

Este artigo pretende questionar o papel da cultura na promoção das cidades como habitats de inovação. O objectivo é apresentar uma reflexão sobre o cruzamento das variáveis: sociedade do conhecimento, inovação e cultura e os seus impactes nas cidades e no desenvolvimento urbano. Quais as possíveis formas de articulação? Como tirar partido de um planeamento conjunto? Como associar objectivos de diversas políticas sectoriais? Na parte final é sugerido um conjunto de princípios de boas práticas e algumas ideias para a cidade de Lisboa.

Palavras-chave: Cidade, Desenvolvimento Urbano, Cultura, Indústrias da Cultura, Sociedade do Conhecimento, Informação, Inovação, Coesão Social.

Abstract

The main concern of this paper is to debate the role that culture plays in the promotion of cities as habitats of innovation. The objective is to present some reflections about the crossroads of the knowledge society, innovation, and culture and their impacts on cities and on urban development. What are the possible forms of articulation? How to design a comprehensive urban planning policy? How to link objectives of different public policies? In the final part the paper introduces a set of good practices and some ideas to further develop Lisbon as a city of culture and of knowledge.

Keywords: City, Urban Development, Culture, Cultural Industries, Knowledge-based Society, Information, Innovation, Social Cohesion.

Résumé

Cet article se propose d'insister sur le rôle de la culture dans la promotion des villes comme habitats d'innovation. L'objectif c'est de présenter quelques réflexions sur l'intersection de variables, tels que la société de la connaissance, l'innovation et la culture et ses effets sur les villes et le développement urbain. On s'interroge sur les formes d'articulation entre ces volets. Comment élaborer une politique intégrée envisageant le développement de la ville ? Comment rapprocher les objectifs des différentes politiques sectoriels? À cet égard on suggère un ensemble d'idées et de bonnes pratiques pour la ville de Lisbonne.

Mots-clés : Ville, Développement Urbain, Culture, Industries de la Culture, Société de la Connaissance, Information, Innovation, Cohésion Sociale.

1. A oportunidade do tema

A cultura e as indústrias da cultura devem ser crescentemente reconhecidas como elementos centrais da sociedade do conhecimento, pelo papel que desempenham na promoção e na valorização da inovação, no reforço dos processos de participação e na criatividade.

A cultura fomenta a identidade dos indivíduos, facilita a coesão das comunidades e favorece o desenvolvimento dos territórios, mas para que isto aconteça, é preciso valorizar o impacte cultural do conjunto das políticas públicas. Com efeito, a generalidade das políticas públicas, urbanas, sociais ou económicas, têm uma dimensão cultural que convoca uma articulação com a política de cultura propriamente dita.

O que pretendemos questionar aqui é a forma como a cultura contribui para promover as cidades como habitats de inovação. Por um lado, o desenvolvimento cultural favorece um ambiente de conhecimento e de formação superior, de investigação e de inteligência propício ao mundo da ciência e da tecnologia. Desenvolve as capacidades humanas criativas e inventivas, indispensáveis ao florescimento da inovação. Por outro lado, devem referir-se as duas dimensões da inovação no mundo da cultura: uma, relacionada com os novos equipamentos culturais que proporcionam, também eles, um quadro de modernidade e de inovação nos bairros em que vão localizar-se, e que têm, desta forma, uma tradução territorial e

social relevante, outra, que diz respeito à inovação trazida pelas indústrias da cultura e da sociedade de informação e a sua divulgação: os produtos multimédia, a produção de televisão e vídeo, as bibliotecas e os museus online, etc.

A cultura pode ser tida como um dos elementos-chave para uma melhor gestão urbana. Pode fomentar as parcerias ao aproximar as cidades para encontrarem soluções para desafios idênticos, para isso deve encorajar-se e apoiar-se a preparação de estratégias culturais às escalas urbana, regional e nacional, trocar experiências e colaborar em projectos, estimular a investigação em temas que constituem preocupações comuns (a cultura para os jovens, a utilização das TIC, o valor económico da cultura e o diálogo intercultural), posicionar a cultura no centro das estratégias de desenvolvimento, reconhecendo que a partilha dos valores culturais é essencial.

Pretende-se com este texto partilhar uma reflexão, apenas de carácter exploratório, sobre o cruzamento das variáveis: cultura, sociedade do conhecimento e da informação, tecnologia e inovação e os seus impactes nas cidades e no desenvolvimento urbano. Quais as possíveis formas de articulação? Como tirar partido de um planeamento conjunto? Como associar objectivos de diversas políticas sectoriais?

Interessa realçar que as considerações que aqui tecermos resultam sobretudo de uma interpretação da consulta feita de algumas experiências estrangeiras, sobretudo relativas ao Plano Estratégico de Barcelona, em que a cultura foi tida como um elemento central, e a “contratos de cidade” em França, com destaque para Poitiers e Perpignan, assim como da leitura de textos de organizações internacionais que se têm interessado por estas temáticas: Conselho da Europa, Comité Cultura da Rede Eurocities, Direcção Geral da Cultura e Educação da União Europeia, Unesco, etc.

Os trabalhos publicados sobre a cultura ou sobre as políticas culturais são frequentemente elaborados segundo uma perspectiva muito sectorializada, preocupada com a identificação dos problemas e com as potencialidades da cultura, bem como com a procura de soluções ou de novos instrumentos, mas que omite as possibilidades e os efeitos da inter-relação com outras esferas da sociedade.

Assim, o nosso objectivo centra-se numa tentativa de síntese do triângulo desenvolvimento urbano, sociedade do conhecimento e cultura, uma espécie de sistematização de um catálogo de ideias, a partir de exemplos do exterior e de reflexões mais parcelares sobre os temas. Este é apenas um dos momentos de um estudo integrado num projecto de investigação mais vasto sobre as reconfigurações territoriais da AML¹, para o qual se pretende lançar algumas ideias sobre as possi-

¹ Projecto RECONFAL, financiado pela FCT, coordenado pela Professora Doutora Margarida Pereira, e-Geo - Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional da FCSH, Lisboa.

bilidades de um desenvolvimento territorial metropolitano pensado de forma articulada, em que a cultura, a tecnologia e a inovação possam, a par de outras dimensões, ter um papel central.

Nas últimas décadas tem sido possível observar em Portugal um esforço de modernidade da política cultural que, no entanto, continua a manter alguns traços tradicionais de um sector ainda fechado sobre si próprio que ensaia os primeiros passos de abertura à sociedade, mas que demonstra embaraço em libertar-se das pré-noções afinal associadas a uma visão elitista da cultura.

É indiscutível o aumento significativo de equipamentos, de museus, bibliotecas, salas de espectáculo, assim como o alargamento de públicos, mas é nas técnicas de gestão, na inovação das produções culturais, na promoção das indústrias da cultura, na formação de novos públicos, que aparentemente se registam ainda omissões.

Por outro lado, a cultura é tradicionalmente um parente pobre, senão o mais pobre, dos orçamentos públicos. No caso português, isto é tanto verdade para a repartição sectorial do orçamento de estado, como para as finanças municipais. Relativamente ao primeiro cabe aqui realçar o objectivo traçado para o próximo orçamento de Estado² de que o orçamento para a cultura possa atingir 1%, o que apesar da evidente exiguidade é já uma meta louvável. Quanto aos segundos é preciso notar que a percentagem aparentemente elevada das despesas municipais com a cultura está, para fins estatísticos, agregada ao desporto, pelo que, uma análise mais fina, permite perceber que a fatia mais significativa se dirige sobretudo à construção de equipamentos desportivos.

A recessão económica dos últimos anos não tem concorrido para melhorar esta situação, provocando, pelo contrário, uma maior restrição orçamental. Pode perceber-se, numa análise simplista, que num contexto de crise sejam os sectores de maior “grau de sofisticação”, isto é, menos básicos, a ser os mais afectados. Contudo, enquanto não existir uma consciencialização de que os cortes orçamentais terão que ser bastante mais equilibrados, os sectores imateriais serão sempre vítimas de um grau de sacrifício que vai provocar um retrocesso na evolução das políticas.

No caso da cultura, convém perceber que, ao contrário do que tem sido a prática vigente, não pode continuar a ser a disponibilidade orçamental a definir as prioridades políticas. Se pretendemos, de facto, uma política de cultura dinâmica e moderna, capaz de responder a desafios que se colocam exteriormente a si própria, em áreas de interface com outros sectores sociais, então terá que haver uma inversão desta lógica: a identificação de objectivos deverá determinar os gastos públicos com a cultura...ainda que, por vezes, isso possa vir a significar menos infra-estruturas.

² Programa do XVI Governo Constitucional.

Interessa aqui demonstrar que a cultura e a sociedade do conhecimento podem desempenhar um papel fundamental para o desenvolvimento de um conjunto de aspectos que são simultaneamente essenciais ao desenvolvimento das cidades e a uma integração territorial dos espaços urbanos: diminuição da exclusão social, fomento de parcerias público-privadas, promoção do turismo, salvaguarda do património, criação de emprego,...

Para além da sua dimensão mais transcendente e metafísica, o sector da cultura tem outros impactes que não podem continuar a ser minorizados em termos sociais. De alguns anos para cá os estudos sobre o sector têm-se preocupado sobretudo com os impactes económicos ou sócio-económicos, que são os mais visíveis, os mais fáceis de medir e aqueles que decorrem mais obviamente da evolução da sociedade da informação e que passam pelo desenvolvimento das indústrias da cultura, quer na vertente do produto gerado, quer na vertente da criação de emprego.

Devemos, portanto, chamar a atenção para os impactes sociais: a democratização da cultura através do acesso via Internet, o alargamento do acesso à cultura e ao património, a formação e as escolas de artes, os projectos de integração social de cariz cultural, etc.

No âmbito da AML têm-se registado reconfigurações territoriais significativas, de alguma forma induzidas pelos importantes reforços da acessibilidade a áreas tradicionalmente mais periféricas no contexto metropolitano, e que se traduzem sobretudo nos domínios da habitação ou de concentrações de actividades económicas mais ou menos específicas³, mas no “quadro do sistema urbano europeu é pela oferta cultural que Lisboa se destaca”⁴ e, ainda assim, não é levado a cabo um aproveitamento das possíveis sinergias com outros sectores.

Nesse sentido, gostaríamos de deixar aqui um conjunto de princípios, cujo principal mérito residirá sobretudo num confronto de várias leituras, sobre as melhores formas de maximizar, numa perspectiva de desenvolvimento urbano integrado, as ligações entre cidade, cultura e sociedade do conhecimento, tentando, seguidamente, particularizar algumas ideias para o caso de Lisboa, a concretizar em medidas e acções num próximo trabalho.

³ Pereira, Margarida e Soares, Nuno, Uma leitura das reconfigurações do território metropolitano de Lisboa in *Actas das Jornadas do e-Geo*, Outubro de 2004 (no prelo).

⁴ GASPAR, Jorge (2003) Inserção da Área Metropolitana de Lisboa no País, na Península Ibérica e na Europa, in Tenedório, J. A. (dir): Lisboa. Área Metropolitana de Lisboa, pp 29-43.

2. De que falamos quando falamos de cultura?⁵

Não é nosso objectivo determo-nos longamente na definição de cultura já que as questões centrais que abordaremos podem ser tratadas a partir de uma perspectiva genérica. Interessa, ainda assim, esclarecer do que falamos quando falamos de cultura.

Na bibliografia relevante encontra-se uma variedade de definições de cultura. Aqui podemos adoptar a definição proposta pelo Grupo de Trabalho “Cultura” do EUROSTAT que, quer pela legitimidade que lhe é dada enquanto representantes do conjunto dos Estados membros da UE, quer pela sua abrangência e clareza, serve o propósito deste artigo. “A cultura inclui todos os bens e serviços nas seguintes áreas: património, artes visuais, arquitectura, arquivos, bibliotecas, livros e edição, artes do espectáculo, áudio e audiovisual e multimédia.”

Para além destas categorias, é ainda recente o consenso sobre um conjunto de bens e serviços que, mesmo não sendo num sentido estrito da natureza dos bens culturais, estão intimamente relacionados com a cultura, são as indústrias da criatividade, as chamadas indústrias da cultura, nas quais se inclui a publicidade, as antiguidades, o artesanato, o design e a moda.

Por outro lado, há uma definição de cultura mais ampla, de natureza mais epistemológica e menos pragmática, aproxima a cultura aos modos de vida, ou seja às crenças e aos modos de pensar e de agir das comunidades e às suas formas de expressão. Não são tanto estas “culturas”, as culturas dos povos, que aqui abordaremos mas sim as actividades da cultura.

A fronteira entre estas duas dimensões da cultura é ténue e de difícil delimitação, sobretudo porque as actividades da cultura, a um tempo, influenciam os modos de vida das populações e, a outro tempo, são elas próprias o resultado das formas de estar, das religiões, das ideologias dominantes.

Neste sentido, à semelhança do que aconteceu com outros domínios no contexto da União Europeia, dos quais o ambiente é o exemplo mais marcante e mais conseguido, também o impacto cultural das restantes políticas sectoriais deveria, por sistema, ser considerado e avaliado. A generalidade das políticas sectoriais tem uma dimensão cultural, cujo contributo pode ser positivo ou negativo, mas que, sobretudo, não deve ser deixado ao acaso.

Se tomarmos o caso das políticas de cidade é nítido que o ordenamento do espaço urbano, ao determinar a organização da cidade, nomeadamente pela localização das actividades e pela definição dos espaços públicos, vai balizar a possibilidade de utilização do espaço pelos cidadãos: o que podemos ou não fazer, onde e, por vezes, em que horários. Com efeito, a configuração do espaço é

⁵ Título do Livro de Fernando Pereira Marques, editorial Presença, Lisboa, 1995.

determinante na forma como gerimos o nosso tempo quotidiano, a inclusão social, o grau de participação nos processos democráticos, enfim, determina o modo como vivemos – a nossa cultura.

Contudo, se a política urbana é talvez aquela cujos impactos são mais imediatos no sector da cultura, ela não é a única. Formas de dependência igualmente significativas poderiam ser encontradas para as políticas sociais, o desenvolvimento económico, o turismo, a ciência e tecnologia.

3. O triângulo cidades, cultura e sociedade do conhecimento

A ideia de que vivemos na era da “Sociedade da Informação” está de tal forma enraizada nos nossos espíritos que não sentimos sequer necessidade de questionar o seu significado. Já todos vivemos confortavelmente com a noção de que a informação, ou antes, a circulação, a permanente actualização e a partilha da informação é essencial ao nosso quotidiano profissional, mas, mais do que isso, também ao nosso relacionamento (ou talvez devêssemos antes dizer integração) social e, por essa razão, quando este acesso não se verifica falamos, com gravidade, de info-exclusão.

A base da Sociedade da Informação (SI) assenta na evolução das Tecnologias de Informação e Comunicação mas é muito mais do que isso, é uma nova concepção do funcionamento e da organização da sociedade que passa a fazer-se em rede e em tempo real, sustentando assim outras dimensões da globalização como as da economia e as da mobilidade do capital e das pessoas.

As soluções para os problemas de crescimento económico com que os países se debatem hoje passam indiscutivelmente pela consolidação e pelo desenvolvimento da Sociedade de Informação. O aumento da competitividade e da produtividade, pelo qual se batem as grandes economias mundiais, mas também os Estados mais pequenos, apela à promoção do investimento em Investigação e Desenvolvimento e em Ciência e Tecnologia, sempre numa perspectiva de fomento das parcerias público-privadas e da cooperação entre empresas, universidades, instituições de investigação.

A SI constitui, assim, um terreno fértil e, simultaneamente, indispensável à inovação, ao avanço tecnológico e ao progresso científico.

No momento presente, em que a última sessão do Conselho Europeu da Primavera (Bruxelas, 22 e 23 de Março de 2005) acabou de discutir as melhores formas de reabilitação da Estratégia de Lisboa, cujo objectivo central é fazer da economia da Europa a mais competitiva do mundo em 2010, e em que o XVI Governo constitucional português aprova um Plano Tecnológico em grande sintonia com os objectivos daquela estratégia, a importância do desenvolvimento tecnológico, ou

antes, do contributo da tecnologia para o avanço da produtividade, da competitividade, e, conseqüentemente, para o aumento do produto é indiscutível.

No relançamento da estratégia de Lisboa, o crescimento económico e a expansão do emprego são aspectos fundamentais, mas os ministros da União Europeia reconheceram o conhecimento, a inovação e a qualificação dos recursos humanos como os factores decisivos para o aumento da competitividade dos países.

“Passados cinco anos a Estratégia de Lisboa falhou em parte. Falhou nos objectivos e falhou nos prazos. (...) pretendia fundamentalmente aproximar a Europa em termos de produtividade e de competitividade da economia americana, gerando inovação mas mantendo a coesão social, o modelo social europeu (...) através de um círculo virtuoso entre a transformação do sector público (saúde, educação, administração pública) e o desenvolvimento tecnológico. Mas em vez de convergência com a economia americana houve divergência, porque não se evoluiu no desenvolvimento de novas formas de organização, não se mudou a saúde, a educação, a administração. Avançou-se nas redes de comunicações, o que é muito importante porque as redes são a infra-estrutura, mas é o mais fácil de fazer. É verdade também que a coesão social se manteve, mas é bom recordar que a ideia original era que para manter a coesão social a prazo, era necessário inovar mais e produzir mais. Caso contrário, com o envelhecimento da população e a resistência da Europa à imigração, essa coesão social não será sustentável a médio prazo.”⁶

Castells fala de saúde, educação e administração pública, mas a estes sectores poderia acrescentar-se o da cultura. Com efeito, um ambiente cultural é fundamental à promoção de um ambiente de inovação, assim como à dinamização das capacidades empreendedoras, à valorização da criatividade, seja artística, seja empresarial, e ao florescimento do conhecimento científico.

No contexto político e social da UE a legitimação de uma política de promoção da produtividade e da competitividade passa pelo reforço da coesão social, de raiz marcadamente europeísta, e também por isso, a Estratégia de Lisboa se distingue do pensar norte-americano, já que não abandona a construção do modelo social-europeu. Por outras palavras, pode dizer-se que a mentalidade europeia não valoriza o avanço da tecnologia se ele não for acompanhado do devido progresso social, e esse passa largamente pelo desenvolvimento de um ambiente de cultura.

Ainda assim, e apesar de se ter avançado nas infra-estruturas e nos equipamentos, o investimento não teve o retorno esperado. Com efeito, não basta criar parques de Ciência e Tecnologia para que a inovação suceda. Para isso, é preciso

⁶ Manuel Castells, autor do mais célebre e completo estudo sobre a Sociedade de Informação, foi um dos peritos que ajudaram a preparar a Agenda de Lisboa, em entrevista ao jornal Público, 10.03.2005.

conseguir uma integração real nas redes internacionais de tecnologia, é preciso conquistar uma posição nos mercados do conhecimento, é preciso garantir um lugar na engrenagem da informação. A infra-estrutura é importante porque é o suporte, o abrigo, mas não basta. É necessária uma articulação entre empresas, universidades e centros de investigação, uma articulação em que cada um conheça os problemas, as necessidades e as expectativas de todos os outros e tente dar-lhes resposta, em vez de continuarem a funcionar isoladamente: as empresas para os mercados, as universidades para as formações mais voga (quase sempre esgotadas em termos de mercado de trabalho), a investigação para um grupo intelectualmente fechado, muitas vezes “cego” às aspirações do mercado.

O desenvolvimento da cultura joga aqui um papel fundamental porque facilita a liberdade de ideias, a imaginação, a difusão da informação e, neste sentido, promove e alarga a “democratização da inovação”⁷.

Este desenvolvimento cultural deve ser visto num sentido muito abrangente: tem que ver com as práticas e os consumos culturais tradicionais (espectáculos ao vivo, museus, bibliotecas, música e literatura, escolas de artes) que fomentam o desenvolvimento intelectual dos indivíduos e as suas capacidades e vontades de aprendizagem, mas tem também inerente uma perspectiva de identidade cultural, de valores, de abertura à aceitação dos outros, e, no caso europeu, a imigração tem aqui um papel preponderante.

Sendo as cidades, por excelência, os lugares da cultura, serão também, quase genuinamente, os locais mais propícios ao estabelecimento da Sociedade de Informação, porque a sua implantação territorial facilita uma organização em rede, e é nas cidades que se concentram os centros de conhecimento, de investigação, de tecnologia que dinamizam a SI.

Mais recentemente observa-se que uma deriva da utilização comum do termo “Sociedade da Informação” para “Sociedade do Conhecimento”. Esta evolução não corresponde apenas a uma mudança de léxico, mas parece traduzir algo mais profundo que significa uma transferência dos aspectos mais tecnológicos ligados à informação para os aspectos mais imateriais, mas mais abrangentes, do conhecimento, isto é, a referência à sociedade que desejamos deixa de incluir apenas a componente da tecnologia, ou a aptidão para lidar com ela, para passar a integrar também outros domínios do saber e da experiência humana.

Se a relação entre cultura e Sociedade de Informação se estabelecia legitimamente quer pelo contributo da tecnologia para o avanço das novas indústrias culturais, quer impulso que estas indústrias conferem ao progresso tecnológico, exigindo novos produtos e novos processos, quer ainda pelo papel recente da tecnologia na divulgação e difusão da cultura (museus e bibliotecas on-line, con-

⁷ Von Hippel, Eric, 2005, *Democratizing Innovation* MIT Press.

teúdos culturais digitalizados, etc), o vínculo entre cultura e Sociedade do Conhecimento parece ainda mais evidente.

Por outro lado, se a ligação entre SI e cidade se podia estabelecer de forma relativamente simples como vimos, já a relação entre Sociedade do Conhecimento e cidade sendo mais intuitiva, por a cidade ser, quase por definição, o espaço do conhecimento, é também mais complexa. A Sociedade do Conhecimento é uma sociedade de tecnologia e de inovação, de cultura, de coesão social, de liberdade de expressão e de criatividade e, por isso, é nas cidades que se desenvolve a Sociedade do Conhecimento.

4. Novas formas de cultura e coesão social nas cidades

Em que medida é que o papel da política de cultura no desenvolvimento urbano pode reforçar a coesão social?

O acesso aos equipamentos e actividades culturais aumenta a auto-confiança e a auto-estima. Ajuda os indivíduos a desenvolver novas capacidades e, desta forma, a terem maior controlo sobre as suas vidas. Também induz um sentimento de pertença a um espaço e de envolvimento com uma comunidade.

A exclusão social encerra uma forte dimensão cultural porque ela caminha a par com a dificuldade de participar na vida económica e na vida política, mas também na esfera cultural. Em termos práticos, o que podem as artes fazer pela sociedade? Como é que a cultura pode relacionar-se com problemas como o desemprego, a criminalidade, o abandono escolar e a exclusão social?

Os projectos de âmbito cultural podem apoiar estratégias de sobrevivência e de integração dos cidadãos, capacitando áreas urbanas problemáticas e encorajando os desempregados e outros excluídos a manter laços sociais. As políticas de desenvolvimento urbano comportam uma dimensão territorial e uma dimensão social que é traduzida de modo diferente em duas escalas: os planos urbanização para o conjunto da cidade e os projectos de renovação urbana.

Enquanto o ordenamento do território se deve ocupar mais com a integração das questões de desenvolvimento económico, nomeadamente a localização das actividades produtivas, e em promover a emergência das metrópoles regionais, as políticas de cidade devem preocupar-se com a articulação dos tecidos urbanos, em particular com aqueles em processo de estagnação ou isolamento, com as áreas urbanas mais desfavorecidas.

Os programas de acção urbana desta natureza podem constituir um quadro de intervenção essencial, em particular para as acções culturais e artísticas relacionadas com a arquitectura, o património, a mobilidade urbana ou a formação em artes.

Para os bairros mais desfavorecidos, as práticas culturais ou artísticas constituem um importante desafio, até porque, em geral, a frequência de espectáculos, museus e património é menor do que para a restante população urbana.

Paralelamente a uma política sectorial de democratização da cultura, baseada na dotação de equipamentos culturais e na educação pelas artes, devem ser implementados projectos artísticos que integrem uma dimensão de coesão social. Estes projectos vão mobilizar aqueles que, pela sua posição social, têm dificuldade de acesso aos bens e serviços culturais, o que é reforçado por uma representação negativa do seu quadro de vida e também pelas inerentes dificuldades de integração na sociedade mais alargada.

Neste sentido, e para repor o direito humano de acesso ao conhecimento nas áreas mais desfavorecidas, as acções de desenvolvimento cultural devem contemplar novas políticas de preços e novas formas de programação. O denominador comum destas acções é pôr a funcionar um processo de aquisição e de experimentação de uma outra dimensão da existência, a participação num projecto.

Assim, a política urbana é, também ela, uma política de luta contra a exclusão, desenvolvida num quadro territorial em favor das áreas urbanas onde a precaridade social é mais forte, desempenhando aqui as parcerias entre a administração central e local e as organizações de base local, como as associações e colectividades locais um papel preponderante.

Mas a articulação entre as entidades responsáveis pelas políticas locais e pela política cultural é também essencial. A implicação das instituições culturais nestes projectos é múltipla: elas podem estar na origem das acções, desde logo integradas na política de criação das mesmas, na sua difusão e transmissão; e constituem um ponto de apoio, enquanto recursos, informação e formação.

Naturalmente o desejo de cultura, a sua intensidade e as formas que ela assume dependem muito das condições de sociabilização primária dos indivíduos e, por consequência, as causas da sua desigual distribuição situam-se grandemente no seio do espaço sócio-cultural. Assim, a origem e a persistência das desigualdades no acesso à cultura é quase um decalque das desigualdades sociais e territoriais mais gerais.

Contudo, as actividades culturais podem ser uma forma de passar a integrar outro grupo social, em resultado de um percurso individual ou de grupo, de reacção aos contextos sócio-culturais em que o indivíduo se integra.

Num bairro, numa freguesia, numa cidade, é possível reproduzir e manter um comportamento face à cultura – as bandas, as marchas populares, os grupos de teatro, e é mais fácil ainda manter a ausência de qualquer comportamento cultural, mas também é possível promover um registo de ruptura, desenvolvendo um espírito de voluntarismo que procure congregar interesses e vontades em torno de um projecto cultural.

Fenómenos como a depressão económica, o desemprego de longo prazo e a imigração resultam em situações em que um número crescente de pessoas se sente económica, social e culturalmente excluídas.

Quando diferentes partes de uma cidade estão segregadas umas das outras, não pela sua imagem, pela sua paisagem, mas pelos recursos económicos e sociais, então podemos assistir à emergência de problemas graves. Há uma ameaça de se constituir um ciclo vicioso de dificuldades acumuladas. Nas grandes cidades, o desemprego, a pobreza, a delinquência, a falta de equipamentos são problemas que parecem alimentar-se uns aos outros. Nestas circunstâncias há bairros que se desenvolvem mesmo durante a recessão, enquanto aqueles onde há problemas continuam a decair. Ao nível da fragilidade das condições de vida individuais cresce um sentimento de insegurança e de insatisfação e isto, por sua vez, arrasta ainda para mais exclusão.

Os projectos culturais podem, assim, desempenhar um papel positivo na prevenção da exclusão social, através da diferenciação de grupos marginais, melhorando as condições de vida de áreas urbanas problemáticas e fomentando o exercício de uma cidadania mais activa nos desempregados ou nos grupos que se sentem mais excluídos.

Esta integração social corresponderá a uma integração territorial evitando ou diminuindo fracturas entre diferentes áreas da cidade, promovendo uma articulação espacial e social, “desencravando” bairros que se encontram isolados.

5. Desafios a uma articulação de políticas

Qual é o lugar e o sentido das políticas culturais no seio das políticas públicas? Dividida entre a sua dimensão universalista de promover o acesso à cultura e a necessidade de identificar outras formas de pensar ou de criar, assim como de responder às procuras de minorias e de elites, a política de cultura não é uma área de entendimentos fáceis.

Ao sector da cultura é dado um novo papel estratégico na sociedade: a cultura tem sido chamada pelas Tecnologias de Informação e Comunicações a dar conteúdo a nova rede de conhecimento, pela política de turismo a aumentar a atractividade dos locais, pelas políticas urbanas a dar vida nova às áreas industriais em declínio ou às outras áreas urbanas em crise, pelas políticas sociais a contribuir para a formação aos jovens, dos desempregados e dos grupos de risco, pelas agências de desenvolvimento local a fomentar as parcerias.

A cultura é também uma porta para o bem-estar social e contribui para conciliar a diversidade e para criar um sentimento de apropriação do espaço, e como vimos, tem um papel determinante no desenho dos programas de integração social.

No entanto, o lugar da cultura na política de cidade tem sido pouco claro: é percebido como secundário em relação aos principais factores de desenvolvimento urbano, como o emprego e a transformação do solo, e é considerado insuficiente em termos de produção de riqueza.

Os debates recorrentes, em toda a Europa e também no caso português, sobre a democratização da cultura, cultura elitista e cultura popular, continuam a influenciar as representações dos actores. Em simultâneo, e de forma mais ou menos visível, o enfoque das políticas de cultura tem acompanhado a evolução das políticas públicas em geral, deslocando-se de uma perspectiva sobretudo infra-estruturante para uma abordagem mais imaterial (democratização, descentralização, internacionalização, profissionalização, apoio à criatividade e ao pluralismo⁸), mas, no essencial, o diagnóstico mantém-se inalterado quanto ao acesso desigual aos equipamentos e às políticas culturais.

Outro desafio capital é o de que às políticas públicas, e em particular também à da cultura, se impõe, crescentemente, uma dinâmica de territorialização. Isto significa que os projectos de desenvolvimento tendem a ser elaborados a partir dos territórios e dos actores que os animam e que os governam, ou seja, que as políticas se desenvolvem cada vez mais a partir da especificidade dos territórios, das suas populações, das necessidades ou expectativas que elas manifestam, frequentemente daquilo a que chamamos a identidades dos territórios.

A descentralização das políticas vem colocar a questão do papel do Estado face às cidades e às regiões, e da medida em que a intervenção central deve ser adaptada a uma nova organização e à existência de novos parceiros.

O problema das barreiras no acesso à cultura (arquitectónicas, linguísticas, educacionais e financeiras) está longe de estar resolvido. Estes obstáculos reduzem a eficácia dos serviços culturais e impedem os cidadãos de desfrutar deles plenamente. Assim, a questão cultural está cada vez mais ligada aos problemas do crescimento e do desenvolvimento urbano, em particular das áreas metropolitanas mais complexas.

Mas enquanto as autoridades locais, em geral, sentem necessidade de alargar o seu campo de acção, as crises das finanças públicas restringem a disponibilidade em recursos humanos e económicos. Com frequência, as políticas culturais são as primeiras sacrificadas. Contudo, desta clivagem entre necessidades e recursos podem emergir novas alianças entre o sector público e o sector privado. A questão cultural, se adequadamente reconhecida, pode cimentar a acção comum dos sectores público, privado e despertar o voluntariado num sector onde tem sido pouco ou nada estimulado.

⁸ Lima dos Santos, M^a de Lourdes (2005), The Profile of Portugal, in *Compendium of Cultural Policies and Trends in Europe, 6th Edition*, Council of Europe/ERICarts.

Neste sentido, as políticas culturais não podem continuar a ser subestimadas, como se se tratasse de políticas adicionais ou marginais face aos problemas urbanos mais graves, como o crescimento económico. Com efeito, a cultura é, ou pode ser, uma parte intrínseca da reabilitação social e económica de uma cidade e o seu papel devia ser considerado quando se tenta melhorar as condições e a qualidade de vida dos cidadãos.

O planeamento das actividades culturais deve estar integrado na estratégia de desenvolvimento urbano, tem que se relacionar com o ordenamento do território e com os objectivos de desenvolvimento económico, com as iniciativas de justiça social, com o planeamento das actividades de lazer, com as políticas de habitação, de obras públicas e de educação.

Uma estratégia de articulação entre política urbana e política cultural enfrenta alguns outros desafios: conceder às comunidades locais a participação no desenvolvimento e implementação das estratégias culturais urbanas, envolvendo-as no desenho e na implementação dos projectos e acções; aprofundar a consciência cívica para a participação, assegurando que os cidadãos possam decidir sobre o seu futuro cultural e sobre o ambiente urbano da sua cidade; reforçar as capacidades de sociabilização e de relacionamento interpessoal, combatendo o aparecimento de sentimentos de intolerância e xenofobia; conferir à cultura um estatuto idêntico ao das outras políticas e às respectivas iniciativas legislativas.

Por outro lado, e sobretudo numa perspectiva de competitividade, deve atender-se ao facto da cultura ser um instrumento de imagem e desempenhar um papel importante na promoção nacional e internacional de uma cidade. Os grandes eventos culturais, como os festivais internacionais, e as actividades culturais de todos os tipos estão a ser alvo de uma cobertura mediática cada vez maior. Podem também representar uma oportunidade para valorizar no exterior o estilo de vida e a imagem da cidade.

Assim, a cultura pode ser usada como um instrumento de planeamento estratégico para tornar as cidades mais atractivas aos olhos dos investidores, dos turistas e também dos seus habitantes.

Quando falamos de reforço de atractividade, não é só o impacto de novos equipamentos culturais ou do desenvolvimento das indústrias da cultura que deve ser valorizado. Também o papel social e económico daquilo que pode ser designado por uma nova cultura urbana emergente deve ser tido em conta.

Há experiências, como a de Poitiers, onde movimentos artísticos urbanos nascidos em territórios marginalizados podem produzir efeitos de re-apropriação do espaço. Por vezes, as práticas culturais emergentes desenvolvem-se mais no seio de grupos que se reúnem em torno de valores partilhados, independentemente das instituições. Pouco a pouco, estes grupos procuram o reconhecimento do grande público, de organismos e de instituições culturais ou do mercado. Neste

duplo movimento de emergência e reconhecimento podem ser definidos os novos gostos e novos valores. Esta é uma das tarefas dos poderes públicos, identificar e facilitar as mutações inerentes à extensão dos modos de vida urbanos.

Já no caso de Perpignan, a comunidade cigana colocou um desafio às instituições: a música constitui para os ciganos um acto comunitário, festivo ou espiritual e não uma profissão, mas para os animadores culturais locais ela é um instrumento de inserção social. O grupo musical cigano torna-se conhecido e passa da marginalidade ao mercado do disco e às tournées internacionais. Para este grupo há efectivamente uma integração na economia de mercado. A questão que se coloca é a de saber como é que este sucesso pode vir a servir o futuro daquela comunidade cigana. De um ponto de vista sociológico, o exemplo de Perpignan é muito interessante porque vem levantar a questão de como é que uma sociedade ideal, republicana e universalista, olha e age face às culturas diferentes.

Ainda no contexto dos desafios, o turismo cultural é uma das componentes fundamentais do turismo urbano, pela promoção da imagem da cidade no exterior, e os seus impactos económicos e sociais têm sido, na generalidade, cada vez mais relevantes. Neste caso, a articulação entre políticas passa pela organização dos grandes eventos culturais, com projecção para além da cidade, mas sobretudo pela política de conservação do património cultural. O crescimento dos fluxos turísticos de forma não controlada pode ser uma séria ameaça à integridade do património das cidades. Assim, é essencial – em colaboração com o sector da cultura – considerar os imperativos de conservação e de uma gestão de longo prazo, sustentável, daquele património.

Uma última configuração a valorizar no âmbito da articulação de políticas prende-se com os interesses e as expectativas dos jovens, em geral, mal representados na vida cultural das cidades, desenvolvendo as suas práticas afastados dos equipamentos e dos eventos institucionais, em particular os jovens das minorias étnicas.

No entanto, e numa perspectiva de longo prazo, a sustentabilidade da política cultural passa pela integração dos interesses dos jovens. Assim, e no sentido de garantir o acesso de todos os jovens à cultura, as políticas urbanas devem promover equipamentos culturais que os jovens queiram frequentar e onde possam participar na gestão e na preparação de programas culturais, nomeadamente iniciativas de carácter multiracial.

Aliás, a integração das culturas imigrantes deve ser apresentada não como um recuar dos costumes locais mas antes como uma forma de que todas as tradições podem encontrar expressão numa colaboração inter-cultural no coração da sociedade. O encontro entre pessoas de diferentes origens, culturas e religiões dá origem a novos padrões culturais e, por essa razão, as cidades são locais de excelência para desenvolver a integração e o interculturalismo.

Isto apela a um repensar das acções culturais de um ponto de vista mais transversal do que sectorial, reforçando o papel estratégico da cultura no campo do desenvolvimento territorial. Para que a cultura continue a ser um dos instrumentos mais reputados e mais úteis das políticas públicas, então as acções culturais devem ser postas ao serviço dos desafios que as cidades enfrentam hoje.

6. Uma visão instrumental da cultura na promoção das cidades do conhecimento: seis princípios de boas práticas

A migração para uma sociedade do conhecimento, impulsionada por novos bens e serviços, será um poderoso instrumento para o crescimento, competitividade e emprego e, neste sentido, todos os cidadãos deverão ter acesso aos conhecimentos necessários para poderem viver e trabalhar na sociedade da informação e do conhecimento.

Através de acções de educação e de formação para a cultura, de um melhor acesso à informação cultural no quadro dos projectos digitais, a cultura está a aproximar-se da sociedade. A participação activa dos cidadãos nas actividades de cultura é vista como um instrumento para gerar uma participação mais generalizada, mais democrática e mais comprometida com o desenvolvimento urbano.

Assim, o futuro das políticas de cultura deve passar pelo apoio à digitalização dos conteúdos culturais e à interoperabilidade dos sistemas com eles relacionados com vista a preservar, proteger e aumentar a consciência sobre o património e a diversidade cultural, pela promoção da formação em tecnologias de informação e por encorajar o uso das redes existentes, ou de outras que possam vir a estabelecer-se, para facilitar a cooperação e a troca de informação e de boas práticas.

Os cidadãos são, ao mesmo tempo, consumidores e criadores de cultura. Esta dualidade faz com que deva atender-se às formas de cultura menos institucionais que emergem nas ruas e nos espaços públicos, as múltiplas práticas culturais dos cidadãos, as propostas dos vários agentes culturais e associações, a actividade dos investigadores, a dimensão cultural das actividades económicas da cidade.

O sector da cultura pode ser um eixo estratégico fundamental para enfrentar os desafios que se colocam às cidades. Depois dos processos de reestruturação espacial e económica que as afectaram nas últimas décadas, a cultura deve agora conduzir a cidade a um desenvolvimento baseado nos conteúdos, no conhecimento e na sustentabilidade.

Esta transformação envolve resultados práticos no campo da cultura, na forma de novas plataformas organizativas, instituições, projectos ou equipamentos, mas acima de tudo deve levar a mudanças na forma como a cidade enfrenta os

desafios económicos, sociais, tecnológicos, de formação e educação e os da articulação territorial e da projecção internacional.

Assim, o sector da cultura pode ser o principal agente da mudança urbana, o motor de uma cidade terciária pós-industrial ou de uma cidade do conhecimento. Neste âmbito, a cultura não pode ser concebida só a partir das suas delimitações clássicas das artes e do património, ou do conjunto das indústrias da cultura, as empresas da esfera da discografia, publicações e artes cénicas, design, multimédia, arquitectura, mas estende-se às universidades, aos departamentos de investigação e desenvolvimento das empresas, aos sectores económicos emergentes ligados ao conhecimento e às tecnologias, à esfera das associações e ONG, e, naturalmente, ao conjunto das instituições públicas e suas áreas culturais.

A questão que se coloca é como inventar propostas que possam ir de encontro às necessidades, que possam adaptar-se a um contexto em permanente transformação e que enfatizem o carácter estratégico da cultura relativamente aos desafios da cidade.

Para que o desenvolvimento cultural de uma cidade possa favorecer um ambiente de conhecimento, ele deverá apostar na inovação e na criatividade como elementos centrais. Para tal há que promover os espaços, as condições e os equipamentos para que a cidade possa atrair e fixar os criativos. O sistema cultural deve integrar e relacionar a criatividade com outros níveis da cadeia de produção cultural, bem como uma elevada qualidade do ensino artístico em todas as esferas e a todos os níveis.

Assim, uma cidade pode reforçar o seu peso na produção e nas indústrias culturais, o que reforçará o *share* do emprego no sector da cultura e multiplicará o peso do sector no PIB da região respectiva, mas há igualmente que melhorar o sistema de financiamento da cultura. Numa tentativa de sistematização, e sem pretensões de exaustividade, é possível indicar seis domínios onde será fundamental uma intervenção para que a cultura possa ter um papel decisivo na promoção das cidades do conhecimento.

A ordem de apresentação destes princípios é aleatória, pois não se pretende hierarquizar a sua importância, uma vez que todos contribuem para um mesmo objectivo. A sua arrumação visa apenas uma seriação pois as questões identificadas não são estanques, havendo pelo contrário uma interligação forte.

Começemos, então, por referir os aspectos que podemos designar por **aspectos de organização** e que se prendem essencialmente com as questões legais, com as formas de gestão e com as possibilidades de melhoria de financiamento.

Em relação ao quadro legal, este deverá clarificar a estrutura de competências, dando abertura e enquadramento, por um lado, ao estabelecimento de parcerias público privadas, fundamentais às perspectivas inovadoras de financiamento e à criação de novas plataformas de organização de projectos; e, por outro lado,

possibilitando a contratualização, entre diferentes organismos e diferentes escalas de intervenção, permitindo o estabelecimento de relações estáveis entre a cultura e outros sectores, como por exemplo o do turismo ou o universitário, fomentando a produção de eventos conjuntos, a adaptação de calendários, a promoção de acções articuladas.

Quanto às características da gestão será indispensável actuar na formação, criando programas de formação específicos, nos vários níveis de ensino, para gestores na área cultural, em articulação com a universidade, os politécnicos e as escolas profissionais, e inovar nos sistemas de gestão, monitorização e avaliação das políticas culturais, procurando caminhar no sentido de uma gestão integrada e de possibilitar um certo grau de autonomia às organizações e aos agentes locais da cultura na gestão dos projectos. Ainda no âmbito da gestão será necessário equacionar as formas de promoção da cidade, ou da sua cultura, no exterior.

O desenvolvimento de novos moldes de financiamento deverá passar por dois vectores diferenciados: a conquista de maiores fatias nos investimentos públicos, quer a nível central quer local, e a procura de soluções de financiamentos mistos, a desenhar caso a caso, que garantam os níveis mínimos de serviço público exigidos, mas que possam também ser atractivos à iniciativa privada.

Esta organização logística da cultura de uma cidade pode ser feita, por exemplo, através de uma agência criada para o efeito ou através da atribuição destas competências a uma instituição cultural pré-existente. Fundamental é que possa existir uma entidade responsabilizada por esta matéria.

Refira-se, em segundo lugar, a importância da **expansão da oferta cultural e o alargamento do acesso à cultura**, isto é os aspectos mais sectoriais da política de cultura propriamente dita.

A expansão da oferta passa pelo desenvolvimento da rede de equipamentos, por uma política que vise o aumento do número de visitantes, pelo enriquecimento das colecções e acervos, pela protecção do património e sua disponibilização ao público, pelo aumento da produção de eventos e de serviços culturais.

O alargamento do acesso passa pela digitalização dos acervos, pela facilitação do acesso de todos os cidadãos às novas tecnologias de comunicação, pela publicidade, por uma nova política de preços, por campanhas de divulgação específicas junto das camadas menos informadas ou menos integradas culturalmente.

Pode indicar-se, como terceiro aspecto, a **emergência das novas culturas**, cuja relevância é respeitar a diversidade das práticas culturais dos habitantes de uma cidade, promovendo o desenvolvimento do multiculturalismo, pondo as ruas e os espaços públicos ao serviço das culturas emergentes, fomentando a actividade cultural das colectividades e associações de base local.

Também aqui é fundamental uma actuação pedagógica no sentido de criar a percepção de que as novas culturas não abafam, nem diminuem a importância das

culturas tradicionais, mas que a troca de experiências, o conhecimento e a abertura a outras práticas pode valorizar e construir um novo património conjunto.

Por outro lado, os imigrantes devem ter espaço e liberdade de manifestação dos seus hábitos culturais sem procurar rupturas com as tradições locais, respeitando, ritmos, horários e hábitos instalados. O desenvolvimento do multiculturalismo será sempre uma questão política muito sensível, e de difícil gestão, com tendência a criar choques entre comunidades, pelo que a sua evolução não pode ser deixada ao acaso, devendo antes ser cuidadosamente gerida e equacionada.

Além disso, também aqui uma educação para a cultura tem um papel fundamental no sentido de enquadrar as actividades de rua, espontâneas, de grupos não institucionalizados, mas aos quais um ensino por exemplo, da música, para os *rappers* ou *hip-hopers*, ou de belas-artes, para os *grafiters*, pode qualificar as suas produções, ajudando a uma integração social ou mesmo no mercado das artes.

Podemos falar agora da importância da **informatização da cultura**, isto é da promoção de um sector cultural líder na utilização de novas tecnologias de informação e comunicações e na produção de conteúdos culturais.

A informatização terá um efeito profundo na evolução da cultura, pela digitalização das colecções e acervos, e nas indústrias da cultura, pelos desafios e oportunidades que apresenta à produção de serviços e de conteúdos na área multimédia. A informatização da cultura contribuirá para o aumento do emprego no sector e para o produto gerado. As TIC farão da cultura, já pela sua natureza um sector avançado, um sector altamente inovador e produtivo.

Também os ângulos relacionados com a **territorialidade da cultura** se constituem como essenciais. Para que a cidade participe numa rede cultural de dimensão internacional é de capital importância a organização de co-produções de eventos, como exposições, festivais ou ciclos internacionais, com outras cidades reconhecidas internacionalmente pelas suas actividades culturais. Também ser palco de iniciativas internacionais de relevância como as Capitais Europeias da Culturas, ou as Exposições Mundiais, podem colocar a cidade nas rotas da cultura internacional.

Para se integrar numa rede de cidades da cultura é, por vezes, necessário que a cidade, extravase o seu perímetro urbano e que todo o sistema metropolitano que comanda funcione, do ponto de vista cultural, numa óptica de projecção internacional. Isto é válido para os equipamentos, sua dimensão e respectiva programação, assim como para a concepção de projectos na área de cultura que devem ser pensados segundo uma lógica metropolitana para alcançarem uma dimensão que possa ter relevância a nível internacional.

Joga aqui um papel relevante a monitorização da política cultural de cidade, nomeadamente através das técnicas de benchmarking, que permitem uma comparação dos indicadores *per capita* com os padrões internacionais.

Interessa falar, por fim, na **educação para a cultura**.

Por um lado, ressalve-se a importância de uma rede escolar específica ligada ao ensino das artes e da conservação do património, atendendo especialmente às necessidades de formação nesta esfera, por forma a que a cultura possa constituir, em particular junto dos menos integrados, uma estratégia para a educação e para o combate ao abandono e insucesso escolar. Um conjunto de escolas para as artes, em articulação com a rede de ensino regular e com o mundo universitário e empresarial, pode criar um pólo de criação cultural.

Por outro lado, deve pugnar-se pela integração da dimensão cultural na rede de ensino regular, despertando para a importância na cultura e das artes no crescimento e desenvolvimento individual, actuando, assim, a prazo, na formação de públicos, educando para as “alegrias” da cultura, invertendo a imagem, ainda persistente, da cultura como inacessível e aborrecida. Conseguir-se-á, desta forma, um maior relacionamento entre os estudantes, as suas famílias, e a vida cultural das cidades.

Em sentido inverso, isto é da cultura para a educação, deve prever-se que o sector cultural produza actividades e eventos com uma intencionalidade pedagógica dirigida à atracção e formação de novos públicos.

7. Considerações finais ou algumas ideias livres para Lisboa

Em jeito de observações finais podemos dizer que o caminho para uma cidade do conhecimento é um percurso para uma sociedade mais competitiva, mais produtiva, mais integrada no mundo, mais coesa, mais igualitária, mais culta, mais acessível a todos.

As propostas para que a cultura possa desempenhar um papel decisivo no desenvolvimento de uma cidade do conhecimento, devem situar-se no cruzamento de três conjuntos de elementos-chave:

- o primeiro relacionado com a integração da cidade num mundo que se encontra em profunda transformação – a terciarização da economia, a crescente mobilidade do investimento e das pessoas, as transformações sociais, as novas formas de parceria público-privado, as novas plataformas de contratualização, a promoção da imagem da cidade no exterior e o aumento da atractividade;
- um segundo conjunto de aspectos tem a ver com a política de cultura propriamente dita, a actuação das instituições e dos agentes e as práticas culturais, a sua articulação com outros sectores (turismo, património, educação e coesão social) e com as políticas territoriais, nomeadamente as de ordenamento do espaço urbano;

- por fim, os factores relacionados com a inovação e o conhecimento: a generalização do acesso às novas Tecnologias da Informação e das Comunicações, a incorporação da tecnologia digital nas actividades e nos hábitos de vida, a importância da informação e sua actualização.

Em síntese, e a partir dos aspectos que discutimos em abstracto ao longo deste texto, alinha-se agora algumas ideias para que a cultura em Lisboa, possa contribuir para a consolidação de uma cidade do conhecimento. Sendo a cultura um dos aspectos que faz distinguir Lisboa em termos internacionais, como provaram os trabalhos já citados, convirá maximizar os impactes do sector noutros campos de actividade, no desenvolvimento integrado da cidade e na consolidação da inovação na sua Área Metropolitana.

Assim, Lisboa deverá **integrar-se nos circuitos internacionais da cultura em suporte digital**, promovendo a digitalização e disponibilização através da Internet do seu património, dando uma visibilidade externa e generalizada às potencialidades culturais, equipamentos, património e eventos, sem que para isso perca a sua personalidade ou os traços de imagem tradicionais.

Ainda neste âmbito, deverá **apoiar-se a criatividade e a produção de conteúdos culturais**, quer os que se relacionam com as dimensões mais tradicionais da cultura, como os das novas indústrias da cultura.

Para concretizar este desígnio é fundamental o aparecimento de **mais escolas**, sobretudo de ensino médio e superior, ligadas ao ensino das artes e à produção multimédia, onde Portugal tem revelado capacidades para uma dimensão internacional, com prémios atribuídos recentemente nos campos do cinema, da música e da actuação.

Também no âmbito do **multiculturalismo** Lisboa tem um vasto leque de potencialidades a explorar, já pela tradição de imigrantes dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, já pela chegada de contingentes significativos de imigrantes do Brasil, e ainda pela recente vaga de imigrantes de países do Leste europeu, em que para todos os casos abundam práticas, hábitos e tradições muito ricos, fortemente enraizados e muito distintos dos prevalecentes. De uma miscigenização cultural, podem emergir ou evoluir novas formas de cultura mais articuladas e mais modernas, que virão lançar as bases de um património comum, sem que seja forçoso um abandono total das práticas existentes, quer das locais quer das vindouras.

A abertura a experiências de interculturalidade é um preâmbulo da luta contra a exclusão social, económica e territorial que marca a cidade hoje, especialmente no caso dos imigrantes africanos e sobretudo quando se trata da segunda geração de imigrantes. As estratégias conducentes às trocas de experiências culturais e, sobretudo, ao enquadrar, “acarinhar” e apoiar as chamadas culturas de rua dará lugar a um **aumento de coesão social**, em especial através da integração de

jovens que abandonaram precocemente o sistema de ensino e não integrarão com facilidade o mercado de trabalho. Apesar de um conjunto de experiências realizadas e sucedidas sobre a integração de grupos excluídos de um prisma social e económico, muito há ainda para fazer na AML na esfera da integração pela cultura.

Neste âmbito, deve recordar-se que a maior fonte de desigualdades podem já não ser hoje as possibilidades de acesso à informação, ainda que estas continuem a ser fundamentais, mas a capacidade de transformar a informação disponível em conhecimentos úteis a uma prática social e de ser capaz de a interpretar é muito mais relevante.

Isto leva-nos à questão da consolidação de uma **rede de equipamentos culturais**, que está presentemente bastante avançada na AML, pelo que não vale a pena determo-nos muito sobre o tema, mas conduz-nos também à questão da iletracia, bem mais preocupante para a generalidade do contexto português. Para que a extensão dos equipamentos possa traduzir-se num alargamento de públicos e sobretudo na sua qualificação e formação é preciso que o sistema educativo regular integre uma dimensão cultural, funcionando como um instrumento de redistribuição do conhecimento.

Ainda no campo de coesão social, também o **trabalho das associações e colectividades locais** ao nível metropolitano deverá ser mais apoiado, pois ele tem-se revelado fundamental na manutenção de uma cultura de raiz local que é igualmente um elemento de coesão e de integração social (bandas filarmónicas, jogos tradicionais, grupos de teatro, etc...).

O património cultural de Lisboa é reconhecidamente rico, mesmo se nos colocarmos numa dimensão internacional, mas para que ele contribua para afirmar a cidade no exterior é necessário que haja uma dinamização conjunta através de uma gestão integrada que não se coaduna mais com abordagens isoladas por parte dos órgãos de direcção de cada bem, conjunto ou elemento patrimonial.

Por outro lado, a cidade possui também uma vasta herança cultural imaterial, traduzida em estilos de vida, em ambientes urbanos, em imagens de cidade, que não pode ser menorizada quando se trata da afirmação da cidade no exterior. Não significa isto continuar a “vender” apenas a Lisboa do fado e dos bairros históricos, do tipicismo e das varinas. Não é disso que se trata, pois é forçoso mostrar também uma Lisboa moderna e cosmopolita. Interessa é equacionar as melhores formas de valorizar o legado físico, mas também o intangível, numa perspectiva de **dinamização do conjunto do património, garantindo a construção de uma imagem de singularidade** num contexto internacional cada vez mais semelhante.

Neste domínio um desafio que Lisboa enfrenta é a **articulação com as políticas de turismo** e com a promoção da imagem turística de Lisboa no estrangeiro.

A cultura é um dos elementos que tem trazido visibilidade a Lisboa num contexto internacional. Reforçar as ligações a outras capitais da cultura é um de-

safio para projectar a cidade na realização de eventos e produções culturais capazes de **promover uma imagem internacional como cidade de cultura**. As acções a desenvolver estarão relacionadas, em particular, com a implementação de espaços físicos e virtuais para a produção de cultura, com a atracção de investimentos na área cultural e de criadores, com a organização ou co-produção de festivais e outros eventos de dimensão internacional.

Para garantir tudo isto são indispensáveis recursos humanos e económicos que possam assegurar a investigação, a preservação e a gestão do património, o planeamento das políticas e a sua divulgação. Uma política cultural de qualidade, integrada com os objectivos do desenvolvimento urbano exige a **optimização dos sistemas de financiamento e a inovação na gestão**.

Para poder utilizar o total do potencial cultural da AML é necessário criar um sistema com base na coordenação entre os vários agentes culturais públicos e privados que actuam no território e reforçar os sistemas de informação e avaliação. Este sistema de coordenação deve garantir o desenvolvimento das centralidades culturais que já existem ou daquelas que devem ser geradas para **garantir um equilíbrio cultural do território metropolitano**.

Referências bibliográficas

- CHAUDOIR PHILIPPE, de Maillard J. (sob a direcção de) (2004), *Culture et politique de ville. Une évaluation*, Editions de l'Aube, Paris.
- COMISSÃO EUROPEIA (2003), *Para uma Europa do Conhecimento. A União Europeia e a Sociedade da Informação*, Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, Luxemburgo.
- COMISSÃO EUROPEIA (2004), Proposta de Decisão do Parlamento Europeu e do Conselho que institui o Programa "Cultura 2007", Bruxelas.
- CONSELHO DA UE (2002), Resolução do Conselho de 21 de Janeiro de 2002 sobre a cultura e a sociedade do conhecimento, *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, nº 32, Série C, pág 1.
- CULTURE COMMITTEE OF EUROCITIES (2002), Culture Committee response to the resolution on culture and knowledge-based society, *EUROCITIES*, Bruxelas, policopiado.
- CULTURE COMMITTEE OF EUROCITIES (2002), The Cultural Dimension of Urban Governance, Lille, policopiado.
- L'OBSERVATOIRE DE L'EMPLOI CULTUREL (2004), L'emploi dans les professions culturelles en 2002 in Série « *Donnés de cadrage* », nº 36, Outubro de 2004.
- LIMA DOS SANTOS, M^a de Lourdes (2005), The Profile of Portugal in "Compendium of Cultural Policies and Trends in Europe, 6th Edition", Council of Europe/ERICarts.
- MÄKELÄ, Laura (1998), Social Exclusion and Culture, *Working Paper for the Eurocities Culture Committee*, Finland.
- RODRIGUES, M^a João (2002), Comunicação apresentada à Conferência "Social and Human Capital in the Knowledge Society: Policy Implications", Outubro de 2002, Bruxelas.
- TUKIANIEN, Arto (1999), *Cultural industries and public policy profiles*, Cultural Office, Helsínquia.

Sítios na Internet

- www.bcn.es (Ayuntamiento de Barcelona)
- www.culture.gouv.fr (Ministério da Cultura de França)
- www.europa.eu.int (União Europeia)